

VULNERABILIDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO NOS TERMOS DA UNESCO E DO BANCO MUNDIAL.

Janete Rodrigues de Lima

Graduanda - FECLESC/UECE

Géssica Cryslânia da Silva

Gaduanda - FECLESC/UECE

Maria Rafaela de Oliveira

Gaduanda - FECLESC/UECE

José Deribaldo Gomes dos Santos

Professor/Dr. – FECLESC/UECE

Resumo

O presente artigo propõe um esclarecimento sobre a educação e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes nos termos da UNESCO e do BANCO MUNDIAL. No presente artigo são destacados três documentos que expressam algumas propostas sócio-educacionais que nos leva a refletir de forma crítica sobre o real objetivo de suas atuações em nosso contexto social. Aborda-se uma discussão sobre o que é exigido pelos organismos Mundiais, assim como uma crítica sobre o que se espera da educação atual. A opção do método prioriza um estudo bibliográfico, a luz do materialismo histórico dialético. Portanto, como poderá a educação assumir lados opostos para auxiliar o ser humano em seu desenvolvimento social? É o que debate-se em nossas conclusões assim como os objetivos do capital na formação do trabalhador manso e adequado de forma pacífica a alienação imposta através da escola.

PALAVRAS CHAVES: Educação; Vulnerabilidade Social; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Pretendemos por meio deste artigo, analisar três documentos que expressam algumas propostas sócio-educacionais emitidas pela UNESCO em parceria com o Banco Mundial. Compreendemos ser preciso aclarar as diretrizes da política sócio-educativas mediadas pelo Estado em parceria com entidades privadas onde são monitoras por organismos multilaterais como, o Banco Mundial e a UNESCO, as quais procuram reintegrar adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho vindo da classe operária, contribuindo assim, para uma maior produção dando ao capital mais conforto em relação ao acúmulo de renda no meio em que se insere.

O COMBATE A VULNERABILIDADE SOCIAL

O primeiro documento cujo título é, Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para as Políticas Públicas, das edições UNESCO BRASIL, traz o conceito de que os jovens que vivem na vulnerabilidade social, ou seja, em situações precárias, sem poder desfrutar das necessidades mínimas que venham garantir sua cidadania, estará pré-determinados a estarem incluídos na realidade da violência e pobreza juvenil de nosso país, caso as políticas sociais não trabalhem junto com esta parcela da população menos favorecida economicamente.

Configurou-se assim, para os idealizadores deste primeiro documento, que os conflitos e a violência social findariam com a inclusão de políticas sócio-afirmativas destinadas as classes desfavorecidas economicamente e vulneráveis socialmente. Segundo aqueles, a predominância da educação escolar poderia qualificar os jovens para o mercado de trabalho e assim elevar a qualidade de vida da juventude, excluindo as altas taxas de desemprego como também o alto índice de violência, fatores apontados para o desenvolvimento da vulnerabilidade.

Podemos entender até aqui, o quanto a educação sofre suas várias adaptações na busca de adequar-se as demandas do capital sofrendo grande influência da política do Banco Mundial. Aprofundando melhor esta questão:

“(Mészáros, 2000) diz que a concentração de renda, do desemprego, dos índices de violência, o acréscimo do número de desabrigados em todo o mundo etc., são indicadores que requerem dos agentes do capital políticas públicas destinadas, efetivamente, a minorar as

precárias condições de existência a que essas pessoas estão submetidas. E assim, são apresentados inúmeros projetos pretensamente salvadores da humanidade. Porém, nenhum deles representa o afrouxamento dos mecanismos de controle da sociedade, uma vez que, dialeticamente, vale insistir, aqueles problemas são causados pelo próprio sistema metabólico do capital.”

O segundo documento é a *Mais Educação, Menos Violência*, que anuncia o Programa Abrindo Espaços: inclusão social e educação para o século XXI, também das Edições UNESCO BRASIL, cujo objetivo é que a escola seja um instrumento que ofereça atividades de lazer, cultura e esporte o que oportunizaria, aos jovens a vivência de valores como a não-violência, a liberdade de opinião e o respeito mútuo.

Torna-se evidente que o correto objetivo da educação, enfatizando o ambiente escolar, que deveria ser voltado à transmissão-assimilação de conhecimentos está sendo paulatinamente excluído pelo sistema capitalista, como enfatiza o educador:

“(Newton Duarte, 2003) sobremaneira o problema da negação do conhecimento que se opera e se legitima na prática educacional, através do que ele denomina de pedagogia do aprender a aprender. Tais pedagogias pretendem substituir a tarefa e a responsabilidade do professor quanto à transmissão aos seus alunos de conhecimento produzido historicamente, pelo exercício abstrato e inócuo de facilitar didaticamente o desenvolvimento por parte do aluno, de competências no indicável plano do aprender a aprender.”

O terceiro e último documento de nossa análise intitulado: *Construindo Saberes/Referências e metodologia do Programa Abrindo Espaços: educação e cultura da paz*, são da mesma editora dos documentos anteriores e seu conteúdo é enfocado na introdução do segundo documento. De forma geral, esses dois últimos documentos enfatizam mais uma vez, que a educação seria o meio de promover a redução das desigualdades sociais como esclarece (Rolim,2008) “o programa vê nesse tipo de ação uma das formas de materializar um dos fundamentos da cultura da paz: estimular convivência entre grupos diferentes e favorecer a resolução de conflitos pela via de negociação”.

Em vista disso, compreendemos que exista a ilusão de que a educação seja a panacéia dos males sociais para cumprir com seu salvacionismo diante das dificuldades de nosso tempo. Sabemos que a solução não é tão simples assim:

“(Marx, 2008) afirma que a forma superficial com que os autores tratam a questão da violência e a solução de conflitos através do caráter mediador da escola, dos projetos sócio-educativos e da comunidade, bastando que se definam papéis entre o Estado, o Mercado e a Sociedade, sinalizam que essa problemática se resolve no plano do discurso sem sequer arranhar minimamente o sistema fundado na exploração do homem pelo homem”.

Conforme a concepção de educação visada pelo Banco Mundial, não poderíamos deixar de referir-se a Conferência de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia em 1990 onde esta foi patrocinada pelo mesmo Banco e foram destacados os Quatro Pilares da Educação que segundo (Menezes,2005:29) num discurso finalmente articulado define que, *“a priorização da educação é captar os talentos e o potencial de cada pessoa, desenvolvendo a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar sua sociedade.”*

A VULNERABILIDADE SOCIAL POR INTERMÉDIO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.

O ensino está cada dia induzindo a satisfazer o mercado, formando pessoas não para a vida, mas para o trabalho produtivo. Ele promove o desenvolvimento cultural, econômico e social de um país, além de mobilizar educar e formar cidadãos, deixando-os adaptáveis as alterações do mercado. Isso faz com que o capital crie uma certa necessidade de desenvolver nos indivíduos a capacidade de ser fator de produção.

Isso tudo vem a contribuir com o aumento da violência e da pobreza entre jovens inconformados por não terem oportunidades mediadas às restrições causadas pelo conjunto de deficiências, no acesso aos recursos materiais como a saúde, lazer, cultura e educação.

Existe uma longa história do dualismo educacional brasileiro vindos através do forte apelo à formação rápida, de curto prazo para os setores populares e voltados especificamente aos filhos de agricultores, enquanto que, para “os bem nascidos”,

oferta-se uma formação clássica, propedêutica, rumo às profissões liberais e aos cargos de diligência dos interesses do Estado e da elite retrógrada local.

Com a desculpa de que, sendo as políticas sociais aplicada na educação, esta poderia tirar os jovens do estado de vulnerabilidade social, se torna esquecido o que (Saviani, 2008) fala sobre a natureza e especificidade da educação, quando ele esclarece que *“a educação se situa na modalidade do trabalho não-material, tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, tais elementos, entretanto, não lhe interessam em si mesmos como algo exterior ao homem”*.

Em vista, capital social só ajuda a diminuir os conflitos e a violência quando consegue transpor os limites de grupos específicos. De modo oposto, revela o potencial de induzir o aumento de crimes e violências quando concentrados em grupos isolados e particulares, tais como gangues, clãs étnicos e vizinhanças, não sendo disseminados por toda a sociedade.

No que se refere à educação para formar os trabalhadores e seus filhos, revigora-se, independente de seu tempo histórico, a defesa de uma “melhor” qualificação profissional, assim como a idealização de que o indivíduo é o maior responsável pelo seu sucesso e/ou seu fracasso. O indivíduo é persuadido a se sentir responsabilizado por estar ou não empregado. Caso não consiga o apregoado e tão “sonhado” emprego é porque falhou, não fez a escolha correta, ou não é competente para a pedagogia das competências.

Se houvesse um pouco mais de interesse dos nossos líderes político talvez por ocasião de tudo isso, uma boa parte da juventude vitimada por uma situação precária tem grandes dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, pela falta de acesso às estruturas que lhe impossibilitam de darem suas contribuições ao desenvolvimento do país, deixando-os sem perspectivas para o seu futuro.

Fica bem claro que a pobreza é própria da classe explorada, onde a sociedade capitalista dona dos meios de produção busca por meio da mesma, produzir e lucrar garantindo um maior acúmulo de renda, constituindo uma má distribuição de poder entre a sociedade assim dando ao trabalhador precarização nas condições de trabalho e o grande excesso de horas trabalhadas, deixando essa classe submissa aos interesses do capitalismo, tornando-se obrigada a atender seus mandos para que possa garantir o seu sustento e de sua família. Desse modo, podemos ver que o desenvolvimento das forças

produtivas só aumenta a extrema desigualdade na distribuição de renda, pois os donos do capital irão cada vez mais explorar a população carente.

As virtudes pessoais justificariam o fato de uns estarem empregados e outros não. Podemos compreender então, que nada escapa à política do Banco Mundial em que o Capital se utiliza de estratégias distintas para chegar aonde ele almeja, controlando hoje mais do que a estrutura formal da escola e os projetos sócio-educativos. É notório que a sua finalidade é somente conseguir assegurar a homogeneidade do capital.

Em consequência do que foi citado anteriormente temos como resultado a maior concentração de homicídios nas regiões pobres e periféricas das maiores cidades, onde o poder público abandona. Em alguns lugares aumentou tanto o grau de violência dentro das repartições escolares que ela se torna menos segura que a própria rua. Porém, é na rua onde encontramos mais situações de risco, é nela que se encontra explicitamente o trabalho infantil, as drogas, o abandono por parte da família e também miséria. Podemos perceber de acordo com o texto, não foram tomadas iniciativas nem pelo Estatuto da Criança, do Adolescente e muito menos pelo Estado e a Sociedade Civil, buscando pelo menos amenizar a situação de vida desses indivíduos tendo eles os mesmos deveres e direitos iguais ao de todos.

Como já foi dito, a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes está intimamente ligada a condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, muitos jovens sofrem um risco de exclusão social devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do Mercado, Estado e Sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros desse grupo e distanciá-los do sistema social. Outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade.

A questão da violência e solução de conflitos através do caráter mediador da escola, dos projetos sócio-educativos e da sociedade, porém têm que ser definidos os papéis entre Estado, Mercado e Comunidade é tratada de forma superficial. Percebe-se que, no conjunto de determinações impostas pelo capital, a educação se submete mais uma vez à interesses da classe dominante, do mercado onde utiliza de várias estratégias para impor seu poder.

Além do desemprego entre a população jovem, outro aspecto de sua vulnerabilidade no que se refere ao trabalho é a grande distribuição de jovens por postos de trabalho pouco remunerados, muitas vezes situados no mercado informal.

O Banco Mundial utiliza diversas maneiras para controlar as estruturas escolares e sócio-culturais, com a finalidade de assegurar a hegemonia do capital e a fim de solucionar problemas ocasionados pela vulnerabilidade social, buscando torná-los os jovens pacíficos frente aos problemas por eles enfrentados diante a situação de miséria e destruição.

A atuação dos organismos internacionais na produção de políticas sociais apresenta seu auge na nova ordem do capital neoliberal, em que a pobreza da periferia do capital, depara-se com consequências de monta, advindas do comprimento dos acordos econômicos, resultantes do aprofundamento da crise estrutural do capital.

O Banco Mundial em prol de configurar um novo modelo de indivíduos para a sociedade contemporânea, o mesmo desenha um diagnóstico em dois aspectos: aqueles que conseguem atuar no mercado de forma mais eficiente; e aqueles indivíduos que estariam incapazes de integra-se aos mercados, esses são os pobres os quais o estado que deve cuidar, por meio de suas políticas sociais residuais e focalizados.

Com a intenção de incluir pessoas incapazes como futuros clientes do mercado, os organismos nacionais e internacionais vêm criando e ampliando estratégias de combate à pobreza. O Banco Mundial tem como segunda estratégia de combate à pobreza, mostrar a necessidade de o governo prestar serviços sociais aos pobres, onde estão inclusos as áreas de educação e saúde.

Para entendermos as inter-relações sociais que determinam as políticas educativas, reafirmamos a centralidade da categoria trabalho como plataforma da humanidade.

Considerações Finais

Atualmente o imaginário social entende a escola como uma instituição que tem por função preparar os jovens para mercado de trabalho, porém historicamente, a constituição da escola não esteve exatamente voltada e vinculada à formação para o trabalho. Institucionalmente ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social. Hoje os jovens quando tem oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino privado são formados para obedecer, cumprir regras além de produzir bastante lucro para o mercado capitalista.

Através das reflexões marxistas, compreende-se que nada se escapa à política do Banco Mundial, que o capital se utiliza de estratégias distintas, controlando hoje muito mais do que a estrutura formal da escola e os projetos sócio-educativos. Percebe-se que não existe certa preocupação com a pobreza e a violência existente no país, as necessidades de uma boa educação a qual possa formar pessoas não somente para serem produtores de capital, mas pessoas capazes de ver a realidade do mundo hoje.

É dada a escola a responsabilidade de educar e formar, ou seja, qualificar pessoas voltadas principalmente para o mercado de trabalho. Responsabilizam também o sistema educacional pela defasagem diante das mudanças atuais devido aos avanços tecnológicos da sociedade contemporânea. Diante de tudo isso, ao final dos anos 90, a escola pública passou a sofrer cada vez mais a culpa de que seu ensino não seria de qualidade, e não era eficiente o bastante para atender as necessidades do “mundo do trabalho”, deixando os jovens pertencentes às camadas baixas sem chance de entrar para o tão concorrido mercado. Não só a má qualificação do ensino, mas a boa aparência era um dos fatores que contavam bastante, para os jovens das periferias.

O não acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente.

Sem acesso aos direitos aos bens produzidos pela sociedade, crianças e jovens com todo esse aglomerado tudo fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Podemos dizer por outra visão que esse aumento pode não estar ocasionado diretamente pela à negação de seus direitos, mas, pelo modo como elas são distribuídas diferentemente de acordo com cada grupo social.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZAROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Revista Outubro**. Nº 4 São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000

ROLIM, Marcos. **Mais educação, menos violência**: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações** 10ª Edição, São Paulo, Atores Associados, 2008

SANTOS, Derivaldo. **A Reforma do ensino técnico-profissionalizante**: uma política pública a serviço do mercado? 2005. Dissertação (Mestrado)- Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará-UECE, Fortaleza: UECE, 2005.